



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O QUÃO TOLERANTE E RESPEITOSA PODE SER NOSSA SOCIEDADE? NOTAS PARA UM DEBATE SOBRE A DISCUSSÃO E O COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO¹

Ana Paula Alves Ribeiro

Pesquisadora do NUPEVI (Núcleo de Pesquisas das Violências, IMS/UERJ)

Contato: anapalvesribeiro@gmail.com

Cristiano Cardoso da Silva

Auxiliar de Pesquisa do NUPEVI (Núcleo de Pesquisas das Violências, IMS/UERJ)

Contato: cristiano.cardoso@gmail.com

Introdução

A partir das percepções de praticantes e líderes das religiões afro-brasileiras, de pessoas que vivem do comércio de produtos religiosos, especialistas entrevistados sobre a temática da (in)tolerância religiosa no município do Rio de Janeiro, construiu-se um registro audiovisual com os resultados da pesquisa no NUPEVI (Núcleo de Pesquisas das Violências) 2008-2010 sobre o mesmo assunto.

O Rio de Janeiro, foco do nosso trabalho, tem, há décadas, abrigado festas públicas para praticantes de umbanda e candomblé e encontrado espaços de acolhimento para estas religiosidades. Lojas como as do Mercado de Madureira (Subúrbio da Central), oferecem aos praticantes uma possibilidade de interação da comunidade religiosa (extra-terreiros e centros). As festas para Iemanjá, que ocorrem em dois momentos diferentes do ano, fevereiro e em dezembro, os rituais da passagem de ano-novo e algumas festas sincréticas, como as de São Jorge, atraem um grande número de adeptos e observadores nestes momentos. Porém, mesmo com esta atitude acolhedora por parte dos moradores da cidade, são constantes os momentos que população tem presenciado ataques a terreiros, destruições de imagens religiosas, posições desrespeitosas e acusatórias de vários líderes de outras religiosidades, principalmente neopentecostais.

¹ O texto aqui apresentado é de co-autoria de Alba Maria Zaluar (NUPEVI, IMS/UERJ) e Maria Lina Leão Teixeira (IFCS/UFRJ) e é fruto da pesquisa *Contexto social e cultura cívica na participação eleitoral dos adeptos de religiões afro-brasileiras*. A pesquisa foi realizada de novembro de 2008 a maio de 2011 e contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ).



Para combater estes atos, englobados na questão da construção da intolerância religiosa, em 2008 foi criada uma comissão de caráter inter-religioso, que se propunha não apenas a relacionar os casos de intolerância e levá-los a instâncias jurídicas, mas de combatê-los com denúncias, atos de agravos, e, a partir da mobilização desta mesma comissão, tem-se organizado a Caminhada de combate à intolerância religiosa, que acontece no segundo domingo de setembro, em Copacabana. Notamos que essa apropriação do espaço urbano pela religiosidade é também uma apropriação política.

É a partir deste entendimento que levantamos questões relevantes como, por exemplo, a articulação entre os líderes religiosos e praticantes de várias denominações no que tange a intolerância religiosa. Além disso, as pressões e imposições das organizações criminosas presentes nos locais onde estão organizados e o processo eleitoral no município do Rio de Janeiro e os candidatos (a vereador, deputados estaduais e federais) que tinham o combate à intolerância religiosa como plataforma de governo e buscavam o apoio nos umbandistas e candomblecistas aparecem também nas falas dos nossos entrevistados. Conseqüentemente existe uma discussão sobre o processo de democratização, tanto no que se refere às práticas eleitorais, como no que se refere ao debate sobre a instituição de direitos de cidadania em vários setores da vida social.

As percepções sobre a cidade – *locus* de trânsito, compartilhamento e acolhimento, da construção da tolerância cotidiana, mas também das possibilidades de desterritorialização e violência – e sobre a fé e o respeito aos outros serão abordados neste trabalho e nas cenas do filme que foi produzido.

1.1 – Espaço da fé, espaço das festas

O Rio de Janeiro constituiu um espaço que pode ser entendido pelas festas do catolicismo popular, das religiões afro-brasileiras e mais recentemente pela presença de adeptos das religiões protestantes e neopentecostais em eventos musicais e de demonstração de fé. Shows, correntes de oração, procissões, cultos e missas ao ar livre, passam a fazer parte do cotidiano dos moradores da cidade, independente de suas crenças ou filiações religiosas.

Quando o assunto são as religiões afro-brasileiras, podemos afirmar que existe um calendário, que é acompanhado por praticantes e simpatizantes destas religiões. As



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

festas de ano-novo, que se iniciam com a carreata que sai do Mercado de Madureira no dia 29 de dezembro para saudar Iemanjá nas areias da Praia de Copacabana tem se constituído como o início das atividades que terminarão no dia 31 de dezembro, na virada do ano. A caminhada que sai da Cinelândia, centro do Rio de Janeiro, no dia dois de fevereiro rumo à Praça XV e as oferendas lançadas na Baía de Guanabara marcam uma festa que se estende por quase todo mês de fevereiro em bairros como Ilha do Governador, Pedra de Guaratiba, Lapa, agregando praticantes em suas famílias e amigos de santo. Filhos de Ogum e devotos de São Jorge se reúnem nas igrejas do Campo de Santana, Quintino e Realengo em festas que duram de um dia a uma semana. E sempre no domingo seguinte ao dia de São Jorge, encontramos os sambistas do Império Serrano atravessando o subúrbio, unindo fé e música, amizade e cultura.

As caminhadas de combate à intolerância religiosa no Rio de Janeiro, que passaram a ser realizadas a partir de 2008, têm apresentado outro tipo de apropriação do espaço e da política. Organizadas em torno dos diálogos inter-religiosos e de uma proposta de ecumenismo e garantia dos direitos humanos, as caminhadas reúnem praticantes de diversas filiações religiosas em torno da construção do respeito mútuo e a cordialidade entre os adeptos não importando a crença que abraçam e representam apenas um entre muitos movimentos de combate à intolerâncias existentes no espaço da cidade. É neste sentido que a apropriação feita pelos políticos no espaço das festas e no calendário religioso se evidencia cada vez mais. É no espaço das carreatas, procissões, cultos, missas e festas que políticos – eleitos ou ainda candidatos – dialogam e fazem campanha com seu possível eleitorado, pontuando assim suas posições políticas e religiosas sobre temas relevantes às suas comunidades. É também neste espaço que os movimentos de combate à intolerância são mais visíveis aos moradores da cidade e a diversidade ganha várias faces.

1.2 Os movimentos contra a intolerância: as reações em prol da diversidade respeitada

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

(Artigo XVIII, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)



A desproporção entre cristãos e seguidores de religiões consideradas minoritárias é tão grande que uma das propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos, implantado em 1996, é “prevenir e combater a intolerância religiosa, inclusive no que diz respeito a religiões minoritárias e a cultos afro-brasileiros”. No entanto, a intolerância existe e ainda hoje as religiões afro-brasileiras são vítimas e da incompreensão. No candomblé e na umbanda, os terreiros são os templos sagrados e em diversos pontos do Brasil esses terreiros têm sofrido ataques, têm seus objetos de culto destruídos, seus seguidores chamados de ignorantes, “adoradores do diabo”, e viram alvo de deboche ou motivo de medo. Então, neste sentido, quando propomos falar de construção do respeito e do combate à intolerância religiosa o foco de ação são as religiosidades de matriz africana.

Nos meios de comunicação, existem alguns programas e redes de televisão e de rádio nos quais os programas religiosos são utilizados para afirmar uma verdade, desqualificando outras religiões e incitando o preconceito. Veicular preconceito, intolerância, discriminação não é apenas um abuso da liberdade de expressão como é crime.

Nesta conjunção de diversidade religiosa e da necessidade de se combater a intolerância religiosa, três aspectos se apresentam como fundamentais:

1) A obrigatoriedade, a partir de 2003, do ensino de cultura e história africana e afro-brasileira tem criado em escolas de ensino fundamental e médio tensões permanentes quando a diversidade religiosa aparece – seja na direção da instituição de ensino, na docência e entre os alunos e suas respectivas famílias².

2) A partir dos anos 2000, adeptos de religiões afro-brasileiras passam a se preocupar com agendas políticas e possível formação de bancada religiosa relacionada aos temas de religiosidade afro-brasileira. Uma das questões principais desta bancada é a luta pelo campo de combate à intolerância religiosa, em muitos casos relacionados ao racismo. É nesse momento que parte do movimento negro passa a incorporar símbolos e alguns a fazer parte de comunidades religiosas afro.

3) Na própria organização comunitária, em alguns bairros da cidade, mas principalmente em favelas, incitados por pastores evangélicos de igrejas independentes,

² Lei 10639, criada em 2003, visa a modificação da LDB, para que se inclua História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio.



fiéis, inclusive alguns ligados ao tráfico de drogas inibem e reprimem manifestações da religiosidade afro-brasileira, expulsando zeladores de santo das suas casas de santo e comunidades de terreiro, dos seus locais de residência, expulsando muitas vezes comunidades religiosas afro-brasileiras de seus locais de surgimento e origem. Vale ressaltar que este aspecto não foi mencionado - ou se o foi apareceu de forma velada e sempre remetente ao noticiário jornalístico. Pode-se pensar que isto se deve a introjeção de preconceitos ou de uma dificuldade em estabelecer o que significa intolerância e violência entre os nossos entrevistados.

A Comissão de Combate à Intolerância Religiosa

Quando a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa foi fundada em 2008, já havia a percepção de que os relatos sobre discriminação religiosa nas escolas, no ambiente de trabalho, nos locais de residência deveriam ser organizados e tratados judicialmente. As denúncias esparsas apareciam e eram encaminhadas de forma diferente pelos diferentes grupos de combate a discriminação (religiosa e racial) existentes.

Em um primeiro momento, ainda de 2007 para 2008, passamos a observar uma disputa pela hegemonia na discussão e concentração das denúncias sobre intolerância religiosa, que culmina com a criação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa.

Ainda em 2008 temos a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e seu campo de atuação, as disputas na ALERJ e a confiança depositada em pais e mães de santo, que recebem denúncias e tem seus próprios centros de articulação. Esta disputa, fomentada pelos acontecimentos ligados a violência em relação a alguns grupos de umbanda e candomblé, mostrará que é fundamental para o avanço das discussões, a criação de uma comissão interreligiosa de combate à intolerância, capitaneada pela mãe de santo de umbanda Fátima Damas (presidente da Congregação Espírita Umbandista do Brasil, CEUB), e o ex-vereador pelo PT Ivanir dos Santos, diretor do CEAP, militante do movimento negro e praticante de candomblé.

Em março de 2008, representantes de religiões de matriz afro-brasileira criaram a *Comissão de Combate à Intolerância Religiosa*, no Rio de Janeiro, como forma de reação ao fato de traficantes neopentecostais da Ilha do Governador terem expulsado casas de umbanda e candomblé do local. Foram noticiados na imprensa vários “ataques” aos templos, o que provocou a indignação de candomblecistas e umbandistas, levando-os a organizar uma manifestação pública na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

(ALERJ). Fátima Damas, presidente da Congregação Espírita Umbandista do Brasil (CEUB), foi uma das principais responsáveis pela criação da Comissão, que se reúne até hoje na sede da CEUB, no bairro do Estácio, na região do Centro. De acordo com um dos membros, a formação se deu com o objetivo de combater o preconceito religioso utilizando os meios legais para fazer com que fosse cumprida a Constituição no que diz respeito à liberdade de credo.

Também fizeram parte da formação da Comissão entidades do movimento negro cujos responsáveis são religiosos, como o Centro de Tradições Afro-Brasileiras (CETRAB), o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), Centro de Integração da Cultura Afro-brasileira (CIAFRO), Associação Movimento Afro-religioso (IRMAFRO) e Coletivo de Entidades Negras (CEN).

A Comissão surgiu então para combater atitudes discriminatórias contra os cultos de matriz afro-brasileira, entendidas como formas de manifestação de “intolerância religiosa”, bem como pressionar às autoridades a tomar medidas em relação aos ataques (Miranda e Goulart, 2009)

É fundamental explicar que esta comissão constituída será responsável pela realização de um movimento que redundará nas marchas pela liberdade religiosa que ocorre no mês de setembro desde 2008, na Avenida Atlântica, Copacabana, Zona Sul da cidade.

Deve ser ressaltado que esta comissão tem caráter interreligioso. Uma das estratégias adotadas é conseguir apoio de outras formas religiosas, que segundo os participantes também tem sido discriminadas ao longo dos tempos. As comissões de combate à intolerância religiosa destinam-se a um diálogo respeitoso e ecumênico entre diversas vertentes religiosas. Não raro encontramos nesses grupos representantes do budismo, espiritismo, judaísmo, padres, pastores do protestantismo, lideranças dos povos ciganos, adeptos da umbanda e do candomblé, entre os vários representantes chamados a participar desses movimentos. É importante ressaltar que todo o trabalho da Comissão e do Fórum Interreligioso é desenvolvido voluntariamente por seus membros e participantes. Não há apoio governamental, nem de políticos. Só o que nos move é a fé nos nossos ancestrais³.

Como estratégia, este diálogo interreligioso é fundamental para combater a discriminação inclusive na própria comissão, já que são representantes de diversas religiosidades. Assim, aponta um integrante da própria comissão:

O que nós queremos dentro da comissão de intolerância religiosa é que as próprias pessoas envolvidas se dizem discriminadas tem que se auto policiarem para evitar que elas mesmas possam estar realizando um tipo de

³ <http://www.eutenhofe.org.br/comissao/ccir/rj>



discriminação religiosa pelo fato de desconhecimento não só em relação a muçulmanos a seja o que for, porque na realidade todas as religiões tem que ser respeitadas, pessoas aqui muito falam, mas tem outros colegas que estão chegando que são os Filhos de Jah, os Filhos de Jah também é uma religiosidade...

Embora vários estados possuam movimentos sociais semelhantes, no Rio de Janeiro este assume característica própria, sendo que, no contexto da cidade do Rio de Janeiro, várias manifestações religiosas fazem parte do calendário turístico e cultural como, as marchas, que abordaremos a seguir, as festas de final de ano, de caráter afrobrasileiro, os encontros evangélicos e shows gospels.

Cada estado tem se mobilizado para criar seu próprio grupo ou comissão face às demandas – sejam os preconceitos, a recusa dos empregadores em contratar alguém com religião diferente da sua, as invasões aos templos religiosos, a dificuldade em implementar a lei 10639/2003 e as violências motivadas pelas diferenças religiosas. Como membros da Comissão do Rio de Janeiro explicam:

O **Eu Tenho Fé!** é um movimento sem fins lucrativos, coordenado pela **Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR)** formado por diversas organizações religiosas, instituições estatais e vítimas de intolerância religiosa. Fundada em março de 2008, a **CCIR** se formou a partir da mobilização de religiosos em resposta a alguns acontecimentos sérios que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro.

Entre os mais graves:

1. *Traficantes de drogas invadiram barracões, quebraram imagens e ameaçaram de morte os religiosos que não se convertessem ao Evangelho;*
2. *Em comunidades dominadas pela milícia, os líderes começaram a perseguir os religiosos de matriz africana;*
3. *Uma mãe perdeu, provisoriamente, a guarda do filho caçula porque a juíza entendeu que ela não tinha condições morais de criar a criança por ser candomblecista;*
4. *Um terreiro, em plena Zona Sul da cidade, foi invadido e depredado por quatro fanáticos neopentecostais.*

Bom, fora algumas televisões, rádios e jornais que demonizam tudo aquilo que eles não entendem...

Seis meses depois, em 21 de setembro, a **CCIR** mobilizou 30 mil pessoas de todos os segmentos religiosos para uma caminhada na orla de Copacabana. Foi a **I Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa**. A **CCIR** contou com o apoio da **CNBB, Federação Israelita, Sociedade Muçulmana, Hare Krishnas, Budistas e Indígenas, entre outros**⁴.

⁴ Fonte: <http://www.eutenhofe.org.br/comissao/ccir/rj>



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Ainda nas atividades geradas pela criação da Comissão, encontram-se a organização de debates, como o do dia 21 de janeiro de 2009, o lançamento do DVD *I Caminhada contra a Intolerância Religiosa – Eu tenho fé!*, a organização do livro *Intolerância Religiosa X Democracia* e da cartilha, escrita pelo professor e coronel da PM reformado Jorge da Silva, cujo objetivo é distribuição para escolas, batalhões, delegacias e sociedade em geral para que possam identificar corretamente e saber como agir em casos de intolerância.

1.3. As Caminhadas contra a Intolerância

Durante a pesquisa de campo, houve equilíbrio entre as vozes masculina e feminina nos participantes dos grupos focais de umbanda e candomblé, visto que a chefia religiosa é ocupada por mães ou pais de santo nessas religiões. O mesmo perfil de participantes foi também observado durante a “Caminhada contra a Intolerância Religiosa” em 2009, realizada na Avenida Atlântica, zona sul da cidade, com a presença maciça de integrantes das diversas comunidades religiosas afro-brasileiras, caminhada que vem sendo repetida nos anos subsequentes. Igualmente, no evento que percorre ruas do centro da cidade no dia 2 de fevereiro, homens e mulheres dividem o espaço democraticamente. Na “Caminhada”, na qual participam vários credos e grupos religiosos (protestantes, judeus, ciganos etc.), a maioria é de afro-brasileiros, visto serem eles os mais discriminados e vítimas de intolerância, mas não os únicos. Por isso, o espaço da diversidade é demarcado pelos órgãos competentes do governo e das diferentes religiões presentes nela. A ausência do poder público, entretanto é notável na “Procissão de Iemanjá”, apesar de a data constar do calendário turístico-religioso carioca, que percorre o trajeto Cinelândia - Praça XV sem que as autoridades competentes organizem o trânsito e facilitem o caminhar das pessoas e oferendas.

Em ambos os eventos, lideranças políticas (deputados, vereadores e ocupantes de cargos em Secretarias municipais e estaduais) marcam presença e nem sempre apregoam suas pertencas a grupos religiosos. A heterogeneidade dos participantes nessas duas “marchas” é percebida pelos símbolos religiosos inscritos nos corpos dos participantes (vestimentas, colares, turbantes, instrumentos musicais), assim como nos adereços que carregam (faixas, cartazes) e nos folhetos que distribuem. Assim é que membros da Secretaria da Igualdade Racial, do Movimento Negro e da Comissão de



Combate a Intolerância Religiosa marcam presença e divulgam suas respectivas perspectivas e programas.

Para além das caminhadas, que acontecem durante todo ano, em vários pontos do país, outra estratégia importante de visibilidade e atuação entre os diversos movimentos tem sido os mapeamentos (locais), a mobilização para o censo de 2010 e as agendas das campanhas nas eleições de 2008, mas principalmente a de 2010, que surge como um ano onde a questão religiosa esteve presente em muitos dos debates.

1.4. Campanhas eleitorais e religião: o campo político e religioso no Rio de Janeiro

Quando propusemos a pesquisa, tínhamos em mente fazê-la apenas no município do Rio de Janeiro, porém alguns dados e a possibilidade de expandi-la nos fizeram mudar de ideia.

Em primeiro lugar, parte significativa das roças de candomblé hoje estão localizadas na Baixada Fluminense, em municípios como Belford Roxo, Nova Iguaçu, Coelho da Rocha, São João do Meriti e etc. Estas roças atraem vários adeptos e simpatizantes de todo Estado do Rio de Janeiro, principalmente do município do Rio. Alguns pais e mães de santo mantêm suas roças na Baixada Fluminense ao mesmo tempo moram parte da semana ou do mês no Rio de Janeiro e atendem sua clientela – lá ou aqui. Algumas casas foram fundadas no município do Rio muitos anos atrás, mas, por conta da possibilidade de espaço e da proximidade da natureza, assim como da especulação imobiliária, acabaram migrando para a Baixada. Surpreendentemente, poucos falam do preconceito ou da discriminação que podem ter sofrido devido à realização dos seus rituais que subentendem as músicas de atabaques, o sacrifício de animais, e a manifestação de símbolos religiosos no trajar, inclusive com os seus adereços que evidenciam a pertença a um grupo religioso minoritário no painel da pluralidade religiosa urbana contemporânea da cidade do Rio de Janeiro. Praticamente nenhum entrevistado fala da questão da violência como um dado a ser considerado para migração dos seus terreiros.

Em segundo lugar, até mesmo as pessoas de outras religiões que foram entrevistadas mantêm um trânsito constante pela cidade e para fora dela. Foi comum encontrarmos pastores que têm suas igrejas no Subúrbio e na Zona Sul e moram na



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Baixada. Restringir então a análise de um só espaço, seria perder a noção destes fluxos de trânsito e migração, que fazem parte das religiões afrobrasileiras no Rio de Janeiro.

Em terceiro lugar, os terreiros de candomblé e as casas de umbanda da Baixada Fluminense se organizaram em 2008 para realização do primeiro censo de casas de santo e comunidades de terreiro. A primeira iniciativa surge em Nova Iguaçu, enquanto Lindberg Faria era prefeito e é uma demanda da Secretaria de Participação Popular e dos zeladores de santo daquele município. Em 2009 nova iniciativa aparece, capitaneada por pesquisadores da PUC-RJ. Com o auxílio de um Conselho Griot, formado por quatorze membros da religiosidade afro-carioca, com a participação de Pai Adaiton Moreira, filho sanguíneo de Mãe Beata D'Iyemonjá e Babá Egbé do Ilê Omi Ojuarô (um dos coordenadores de campo). A proposta deste grupo era aproveitar a articulação gerada a partir dos anos 2000 e levantar recursos inclusive junto ao governo federal e a secretaria de igualdade racial para propor um mapeamento dos terreiros de candomblé e casas de umbanda em todo estado do Rio de Janeiro, utilizando modelo semelhante ao do Mapeamento de Salvador (em 2007). Estas iniciativas, apoiadas e sugeridas pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a da Igualdade Racial, contando com o apoio ainda da Fundação Palmares mostrou-se ser interessante na percepção dos trânsitos religiosos, assim como da demografia religiosa no espaço da cidade. Foi interessante também para percebermos, em se falando de religiosidade afro-brasileira, principalmente, como os candidatos se mobilizavam para que estes mapeamentos fossem realizados assim como se posicionavam frente a assuntos importantes para suas comunidades: a questão ecológica, o ensino da cultura negra nas escolas, o enfrentamento da violência, entre outros assuntos.

Foi também relevante percebermos, para além das candidaturas dos religiosos de matriz africana, como o Estado do Rio de Janeiro aliava política e religião.

Os candidatos no Estado do Rio de Janeiro

Uma das metodologias utilizadas durante a pesquisa foi a leitura das fichas cadastrais de candidatos nos anos de 2008 e 2010. Em 2008, nas eleições municipais, acompanhamos principalmente a trajetória de dois candidatos ligados às religiões afro-brasileiras: Átila Nunes Neto (candidato a vereador pelo DEM) e Marcelo Monteiro



(candidato a vereador pelo PV). Estes candidatos não foram eleitos e suas trajetórias e plataformas de campanha foram trabalhadas anteriormente neste relatório.

Em 2010, Átila Nunes Neto, juntamente com seu pai Átila Nunes foram eleitos respectivamente deputados federal e estadual, pelo PSL, mantendo a preocupação com a crescente redução do contingente umbandista e candomblecista frente ao aumento de adeptos nas igrejas pentecostais. Note-se que em suas fichas cadastrais não é mencionada a filiação religiosa.

A análise que nos propusemos visava saber quantos e quais candidatos apregoavam nas fichas cadastrais a sua identidade religiosa com o objetivo de entender a composição de bancadas com caráter religioso.

Constatamos que as fichas dos candidatos do estado do Rio de Janeiro - deputados estaduais, federais e senadores – raramente era identificada uma pertença religiosa, embora haja candidatos com vínculos religiosos em todos ou quase todos os partidos. Da mesma forma estes atores sociais que assumem uma pertença religiosa – pastores em sua maioria – encontram-se distribuídos também em diversos partidos.

Chamou nossa atenção que apregoar a fé era prerrogativa dos evangélicos. Consideramos candidatos que tenham precedido seus nomes por pastor (a), missionário (a), bispo e no caso das religiosidades afro, pai e mãe de santo (dois casos apenas). Um único candidato que não tinha este tipo de identificação ou extensa atuação pública junto a sua comunidade religiosa foi incluído por nós na listagem: Zé Pilintra⁵, ou melhor, Gilberto Moraes de Macedo, candidato pelo PT do B a deputado federal.

Dos candidatos 1641 candidatos a deputados estaduais no Rio de Janeiro, 24 candidatos foram identificados como aqueles se identificaram como adeptos de alguma religião no próprio nome ou na ficha cadastral. Destes candidatos, estão pelo menos três de religiões afro-brasileiras e 21 pentecostais ou neopentecostais. Dentre os candidatos a deputados estaduais identificados está Átila Nunes (eleito pelo PSL nas eleições de 2010), já citado neste relatório como defensor da umbanda. Destes 1641 candidatos, apenas cinco (5) se identificam em sua ficha cadastral como sacerdotes, item que consta na ficha como profissão.

⁵ Zé Pelintra é uma entidade do panteão umbandista e considerado por muitos 'dono do Rio de Janeiro' segundo nossos informantes. O candidato assina Zé Pilintra.



No caso dos candidatos a deputados estaduais, foi notável a votação expressiva de candidatos do PR, Partido Republicano, que tem ligação explícita com as religiões pentecostais. O deputado eleito (3º em maior votação – 1,62% de votos válidos), Samuel Malafaia, irmão de Silas Malafaia, assim como Clarissa Garotinho (5ª maior votação – 1,43%), filha de Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho, ex-governadores do Rio de Janeiro, e do pastor conservador Edino Fonseca (eleito com 0,93%), explícito manifestante contrário tanto às leis que protegem os cultos afro-brasileiros quanto às iniciativas do movimento gay, o que consta do sítio do candidato⁶.

A atual presidente da comissão Contra Discriminação da ALERJ, Beatriz Santos, da IURD, não se elegeu, sendo a 4ª suplente em seu partido (PRB).

Em relação aos candidatos a deputados federais, o quadro não é muito diferente: são 14 os que assumem, ou pelo seu nome de urna ou pelo seu material de campanha, a religião que professa. Três são adeptos das religiões afro e 11 pentecostais. No primeiro caso, estava, além de Átila Nunes Neto, o professor José Flávio Pessoa de Barros que não foi eleito. Com relação à profissão, apenas quatro se dizem sacerdotes. Na disputa pelas 46 vagas, o evangélico Anthony Garotinho (PR) foi o deputado mais votado, com 8,69%. Arolde de Oliveira, pentecostal, se elege pelo DEM com 1,24%. Relacionados ao movimento negro, os candidatos do PT, a evangélica Benedita da Silva se elege com 0,89%, assim como Edson Santos, ex-ministro da Igualdade Racial, se elege com 0,65%.

O caso do PT do B é interessante: reúne entre seus membros o candidato a senador católico Carlos Dias, o candidato a senador Waguinho, da Igreja Assembléia de Deus dos Últimos Dias e o candidato a deputado federal Zé Pilintra. Maior polifonia e conflito de identidades religiosas em um mesmo partido não há, sendo que nenhum destes candidatos foi eleito.

Algumas Conclusões

Não há apenas heterogeneidade no campo político em relação a intolerância religiosa, que marca tanto os integrantes do movimento negro quanto os quadros partidários abordados por esta pesquisa. Há uma disputa pelo campo de discussão sobre

⁶ Site do Pastor Édino Fonseca - <http://www.edinofonseca22123.com.br/>



o que é intolerância religiosa e como ela é demonstrada cotidianamente, que vai além das alianças partidárias. Está marcada na fé destes representantes políticos.

Em 2010, houve uma organização partidária em torno das candidaturas presenciais, via coligações e a busca de apoio de grupos religiosos hegemônicos e polarizados. É também neste momento que uma maior discussão sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH III) ganha maior contorno nos processos eleitorais e seus temas, inclusive os que passam pelas questões religiosas passam a ser mais explorados. Questões como as trazidas pelo PNDH III (2010), como 1) o respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia da laicidade do Estado; 2) a criação de mecanismos que assegurem o livre exercício das diversas práticas religiosas, assegurando a proteção do seu espaço físico e coibindo manifestações de intolerância religiosa e 3) a promoção de campanhas de divulgação sobre a diversidade religiosa para disseminar cultura da paz e de respeito às diferentes crenças, refletem de certa maneira a mobilização política de determinados grupos políticos e religiosos.

Ao mesmo tempo, notamos que subjacente ao discurso de nossos entrevistados e da observação participante em atividades de caráter mais amplo – como nas marchas, procissões, festas públicas - haveria ‘um retorno do sagrado’ e um afloramento das identidades étnico-raciais (afrobrasileiras) no cenário carioca.

Infelizmente não são poucos os casos de influência ou interferência de um determinado grupo religioso nas questões cotidianas. Com relação ao homossexualismo, ao casamento homossexual ou a adoção por casais homoafetivos, as religiões cristãs têm se oposto com firmeza, mesmo que no interior destas encontremos grupos que não percebem uma oposição à vida cristã e uma discussão sobre orientação sexual. Cabe ressaltar que tais questões não fazem parte do ambiente religioso afrobrasileiro e que neste sentido, diversos grupos têm se mobilizado para a construção de uma cultura de respeito ao outro e uma aproximação que garanta um diálogo inter-religioso mais efetivo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. *A Igreja Universal e seus demônios – um estudo etnográfico*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.



- BOHN, Simone R. *Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, 2007, p. 366-387
- GIUMBELLI, Emerson. *O Fim da Religião: Dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar/Pronex, 2002.
- GIUMBELLI, Emerson. Um Projeto de Cristianismo Hegemônico. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org). *Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo-religioso brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- LEÃO TEIXEIRA, Maria Lina. *A encruzilhada do ser: Representações da [Lou]cura em terreiros de Candomblé*. Tese de doutoramento, Departamento de Antropologia / FFLCH/USP. São Paulo, 1994.
- LEÃO TEIXEIRA, Maria Lina. *Transas de um povo de santo: Um estudo sobre identidades sexuais*. Dissertação de mestrado PPGSA / DCS / IFCS / UFRJ. Rio de Janeiro, 1986.
- LIGIÉRO, Zeca. *Malandro Divino: A vida e a lenda de Zé Pelintra, personagem mítico da Lapa Carioca*. Rio de Janeiro: Editora Nova Era, 2004.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto. *Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro*. Ciências Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 6, n. 6, p.31-49, outubro de 2004
- MIRANDA, Ana Paula Mendes; GOULART, Julie Barrozo. *Combate à intolerância ou defesa da liberdade religiosa: paradigmas em conflito na construção de uma política pública de enfrentamento ao crime de discriminação étnico-racial-religiosa*. Caxambu: GT 5 – Conflitualidade Social, Administração da Justiça e Segurança Pública / 33º Encontro anual da ANPOCS, 2009.
- MONTERO, Paula. *Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil*. Novos Estudos CEBRAP, 74, p. 47-65, março 2006.
- PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS III - <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>
- PRANDI, Reginaldo. *O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso*. São Paulo: Revista Estudos Avançados 18 (52), 2004 (223-238).
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Diversidade Religiosa e Direitos Humanos*. Distrito Federal: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- RIBEIRO, Ana Paula Alves. *Novas Conexões, Velhos Associativismos: Projetos sociais em Escolas de Samba Mirins*. Tese de doutoramento em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- SSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - <http://www.direitoshumanos.gov.br/>
- SILVA JR, Hédio. Notas sobre o Sistema Jurídico e Intolerância. SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). *Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo-religioso brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SILVA, Jorge. *Guia de luta contra a intolerância religiosa e racismo*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *Neopentecostalismo e Religiões Afrobrasileiras:*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Significados do Ataque aos Símbolos da Herança Religiosa Africana no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: MANA 13(1): 207-236, 2007a.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Prefácio ou Notícias de uma Guerra Nada Particular: os ataques neopentecostais às religiões afro-brasileiras. In .: SILVA, Vagner Gonçalves da (org). *Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo-religioso brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007b.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de Favela*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

ZALUAR, Alba. “Para não dizer que não falei de samba”. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil volume 4 – Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.